



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na pauta desta semana, que foi divulgada no dia 14/03 às 22hs, não consta nenhuma votação com potencial de impacto sobre os povos e territórios amazônicos. Isso não significa, no entanto, que possíveis projetos que já tenham suas urgências aprovadas acabem entrando em votação, embora não figurem na pauta previamente divulgada.

SENADO FEDERAL

Será submetido à votação a criação da *Frente Parlamentar de Defesa das Fronteiras Brasileiras*. O relator, sen. Esperidião Amin (PP-SC), é favorável ao projeto.

COMISSÕES DO SENADO

Comissão de Meio Ambiente – CMA

A CMA realizará uma audiência pública, no dia 16/03, para debater sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil. A audiência tem em vista o dia 14/03, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Entre os convidados estará o Sr. Felício Pontes, representante do MPF e assessor da REPAM-Brasil.

OUTROS INFORMES

Congresso derruba veto presidencial

O Congresso Nacional, reunido na última quinta-feira (10/03), derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias. A distribuição gratuita de absorventes era um dos trechos vetados no projeto PL 4968/2019 que originou a lei (nº 14.214/2021) de criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. O Congresso decidiu que todos os trechos vetados serão incorporados à lei.

Senadores são ameaçados de morte

Alvo de polêmica entre os senadores, o PL 3723/2019, que muda regras para registro e porte de armas de fogo e regula a atividade de colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (CACs), ainda não foi incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Na reunião do Plenário de quinta-feira (10), alguns senadores contrários à proposta denunciaram que estão recebendo ameaças de morte pelas redes sociais e pediram investigação da Polícia Legislativa. Estão contrários ao projeto senadores tanto governistas quanto da oposição.

Senado aprova Sistema Nacional de Educação

O Senado aprovou nesta quarta-feira (09/03), por unanimidade, o projeto que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE). A proposta tem a finalidade de integrar as políticas educacionais da União, dos estados e dos municípios. A ideia é de que o SNE funcione como o Sistema Único de Saúde (SUS), no alinhamento de ações, programas e investimentos na educação.

Requerimento de urgência na pauta do plenário

Requerimento nº 2.853/2021, dos Srs. Líderes, pede regime de urgência para apreciação do PL 2/2019, de autoria do Pastor Sargento Isidório (Avante/BA), que proíbe o “uso o nome e/ou

título BÍBLIA ou BÍBLIA SAGRADA em qualquer publicação impressa e/ou eletrônica com conteúdo (livros, capítulos e versículos) diferente do já consagrado há milênios pelas diversas religiões Cristãs (Católicas, Evangélicas e outras que se orientam por este Livro - Bíblia”.

PL 337/2022

A Câmara dos Deputados avançou com a tramitação do PL 337/2022, que pretende excluir o Estado do Mato Grosso da Amazônia Legal. O PL foi protocolado na Câmara em 22/02, com autoria do dep. Juarez Costa (MDB-MT). Na última quinta-feira (09/03), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu andamento à tramitação designando o dep. Neri Geller (PP-MT), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), como relator do projeto.

Ato da Terra

O ‘Ato pela Terra’, que ocorreu no dia 09/03, em Brasília, reuniu, a convite de Caetano veloso, diversos artistas – como Seu Jorge, Rafa Kalimann, Duda Beat, Nathalia Dill e outros – numa manifestação contra projetos de lei que colocam em risco o meio ambiente e já tramitam no Congresso Nacional. Trata-se, sobretudo, do “PL do Veneno”, que revoga a atual Lei de Agrotóxicos; o “PL da Grilagem”; o PL do Marco Temporal e o da Mineração em Terras Indígenas. Os ministros do STF e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, receberam dos artistas, com a participação de Dom Sebastião Lima Duarte representando a presidência da CNBB, o documento contra a tramitação destas propostas. Caetano Veloso afirmou que o país vive, atualmente, sua maior “encruzilhada ambiental” desde a redemocratização. Segundo ele, além dos registros de crescimento do desmatamento na Amazônia e do aumento da frequência de tragédias climáticas e ambientais como as mais recentes em Minas Gerais e na Bahia, tais propostas, caso venham a ser aprovadas, facilitarão o desmatamento, permitirão a mineração e o garimpo em terras indígenas e desprotegerão as florestas contra a grilagem e outros atos criminosos.

Votação da urgência PL 191/2020

Apesar da mobilização da sociedade civil, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no mesmo dia 09/03, por 279 a 180 votos, o requerimento do líder do governo, dep. Ricardo Barros (PP-PR), para tramitação em regime de urgência do PL 191/2022, sobre a mineração em terras indígenas. Ao anunciar a votação do requerimento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a proposta será analisada por um grupo de trabalho e deverá ser inclusa na pauta em abril.

Participação de Dom Sebastião

Na manhã do dia 09/03, ocorreu também uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado. Participaram representantes do movimento Ato pela Terra, entidades ambientalistas, movimentos sociais e a presidência da CNBB, representada por Dom Sebastião Lima Duarte. No debate feito sobre a agenda ambiental, Dom Sebastião destacou a investida sobre os territórios indígenas e a preocupação com projetos de lei, como o PL 191/2020, que estabelece condições específicas para a realização da pesquisa e do aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas.